

Senado tem laboratório de informática

Funcionários produzem programas que usarão no dia-a-dia e criam situações virtuais de trabalho para identificar futuros problemas

Igor Germano
Da equipe do **Correio**

Em um pequeno prédio de dois pavimentos, especialistas em informática estudam formas de economizar dinheiro público, reduzir a burocracia e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade. Ao custo de R\$ 3,5 milhões, a novidade está à disposição do Senado Federal, que inaugurou em junho o Laboratório Vivo do Legislativo, um espaço onde os funcionários da casa podem fazer “experimentos virtuais” para aperfeiçoar seus procedimentos de trabalho.

A idéia está baseada em uma tecnologia inovadora desenvolvida pelo Instituto Internacional de Integração de Sistemas (IISis), sediado em Campinas, São Paulo. O IISis (pronuncia-se tri-sis) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que reúne cientistas, profissionais liberais, instituições e empresas do Brasil e do exterior interessadas na integração de sistemas informatizados.

“Há duas grandes novidades nesse método de trabalho”, explica a diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Borges. “Primeiro, a parte de organização e métodos de trabalho passa a ser feita por computador e, segundo, os próprios usuários participam do processo e escolhem as melhores soluções.”

Regina conta que os funcionários podem criar virtualmente seu ambiente de trabalho, identificar os problemas e solucioná-los. Ao contrário do método antigo — um analista de organização faz um levantamento da rotina e do ambiente de trabalho e passa os dados para um analista de sistemas que desenvolve o programa ou aplicativo — os futu-

participam ativamente do processo de criação de programas.

“Também são analisados a organização e o método de trabalho, e, ao final, quem define a rotina são os usuários”, conta Regina. “Nesse processo, você descobre problemas, como carimbos que não servem para nada, ou recursos mal distribuídos

DESPESA

A estimativa é de que até o final de 1999 o custo para a correção de cada linha de um programa de computador para evitar o Bug do Milênio chegará a

US\$ 5

No Senado, esse custo será reduzido

entre os departamentos. Até a tela e os comandos do aplicativo que vai usar passam a ser uma escolha sua.”

O laboratório divide o software em partes, como numa etapa de produção. A parte de um programa pode servir como base para a fabricação de outro, economizando recursos. Essa nova forma de produzir softwares, antes usada apenas nas grandes universidades do mundo, como Harvard e Berkley, nos Estados Unidos, agora começa a chegar às grandes empresas, como Toshiba e AT&T. No Brasil, apenas a Telesp — e, agora, o Senado — adotaram o sistema.

BUG

Um dos desafios imediatos do projeto no Senado é refazer os sistemas operacionais (portas de entrada que coordenam o funcionamento de outros programas) da casa para evitar problemas com o chamado Bug do

Milênio. Há algum tempo, para economizar espaço de armazenamento nos programas, utilizava-se uma representação reduzida dos anos: para representar, por exemplo, 1988, usava-se apenas os dois últimos dígitos. Com a chegada do ano 2000, a previsão é de que os programas que não forem reformulados interpretem os dois últimos zeros como um retorno a 1900, causando problemas nos bancos de dados de redes de computadores de todo o mundo.

Estima-se que, até o final de 1999, o custo para a correção de cada linha de programa (para evitar o Bug) chegará a US\$ 5. De acordo com um levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), esse custo variava entre US\$ 0,70 e US\$ 1 em 1995, entre US\$ 1,30 e US\$ 2,25 em 1997 e atualmente está em torno de US\$ 3,20.

O gerente do laboratório de softwares, Ivar Ferreira, acredita que esse custo pode ser reduzido no Senado com a introdução do novo sistema. Nos programas e aplicativos da casa, a estimativa é de que dez mil linhas tenham de ser checadas antes da virada do século.

Localizado em frente ao serviço médico do Senado, atrás do Palácio do Planalto, o laboratório de programas tem 12 salas no primeiro andar equipadas com projetores e computadores para as simulações com a participação dos usuários. No andar de cima, há seis salas, onde trabalham os engenheiros que desenvolvem os softwares.

Quando os programas desenvolvidos para o Senado servirem para outros órgãos do Legislativo, como Câmaras Federal e Legislativa, a intenção é de que sejam enviados via Internet, pela rede de comunicação virtual do Legislativo (Interlegis). O público em geral também pode visitar a Interlegis e acessar serviços e bases de dados públicos.

SERVIÇO

Maiores informações podem ser obtidas nos seguintes endereços na Internet:
IISis (www.iisics.org.br)
Interlegis (www.interlegis.com.br)
Senado (www.senado.gov.br)